

EDWARD W. SAID

CULTURA E IMPERIALISMO

Tradução

Denise Bottmann



Copyright © 1993 by Edward W. Said
Proibida a venda em Portugal

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original
Culture and imperialism

Capa
Jeff Fisher

Preparação
Stella de Lucca

Revisão
Renato Potenza Rodrigues
Juliane Kaori

Índice remissivo
Gabriela Morandini

Atualização ortográfica
Verba Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Said, Edward W.

Cultura e imperialismo / Edward W. Said ; tradução Denise
Bottmann. — São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

Título original: Culture and imperialism.

ISBN 978-85-359-1951-6

1. Colônias na literatura 2. Imperialismo na literatura
3. Literatura — História e crítica — Teoria etc. 4. Literatura
europeia — História e crítica — Teoria etc. 5. Políticas e cultura
I. Título.

11-08338

CDD-809.894

Índice para catálogo sistemático:

1. Literatura europeia : História e crítica 809.894

2011

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhidasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

Introdução 9

1. TERRITÓRIOS SOBREPOSTOS, HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

Império, geografia e cultura 34

Imagens do passado, puras e impuras 50

Duas visões em *Coração das trevas* 56

Experiências divergentes 74

Vinculando o império à interpretação secular 91

2. VISÃO CONSOLIDADA

Narrativa e espaço social 117

Jane Austen e o império 143

A integridade cultural do império 168

O império em ação: *Aida* de Verdi 187

Os prazeres do imperialismo 218

O nativo sob controle 262

Camus e a experiência colonial francesa 271

Uma nota sobre o modernismo 295

3. RESISTÊNCIA E OPOSIÇÃO

Existem dois lados 302

Temas da cultura de resistência 328

Yeats e a descolonização 344

A viagem para dentro e o surgimento da oposição 370

Colaboração, independência e libertação 403

4. LIVRE DA DOMINAÇÃO NO FUTURO

Ascendência americana: o espaço público em guerra 432

Desafiando a ortodoxia e a autoridade 463

Movimentos e migrações 495

Notas 511

Índice remissivo 544

Sobre o autor 567

1. TERRITÓRIOS SOBREPOSTOS, HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

A ordem do dia era o silêncio, emanando e rodeando o assunto. Alguns dos silêncios foram rompidos, outros mantidos por autores que viveram e conviveram com as estratégias civilizatórias. A mim, o que interessa são as estratégias para romper com isso.

Toni Morrison, *Playing in the dark*
[Brincando no escuro]

Em outras palavras, a história não é uma máquina de calcular. Ela se desdobra no espírito e na imaginação, e adquire corpo nas múltiplas respostas da cultura de um povo, a qual, por sua vez, é a mediação infinitamente sutil de realidades materiais, de fatos econômicos subjacentes, de ásperas objeções.

Basil Davidson, *Africa in modern history*
[A África na história moderna]

IMPÉRIO, GEOGRAFIA E CULTURA

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie — acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras.

Em um de seus primeiros ensaios críticos mais famosos, T. S. Eliot aborda uma constelação similar de problemas e,

mesmo sendo a ocasião e o objetivo de seu ensaio quase que puramente estéticos, é possível empregar suas formulações para esclarecer outros campos de experiência. Diz Eliot que o poeta é, evidentemente, um talento individual, mas trabalha dentro de uma tradição que não pode ser simplesmente herdada, tendo de ser obtida “com grande esforço”. A tradição, prossegue ele,

supõe, em primeiro lugar, o sentido histórico, que podemos dizer praticamente indispensável a qualquer um que continue a ser poeta depois dos 25 anos de idade; e o sentido histórico supõe uma percepção, não apenas do que é passado do passado, como também daquilo que permanece dele; o sentido histórico leva um homem a escrever não só com sua própria geração entranhada até a medula, mas ainda com a sensação de que toda a literatura da Europa desde Homero, e dentro dela toda a literatura de seu país, possui uma existência simultânea e compõe uma ordem simultânea. O sentido histórico, que é um sentido tanto do intemporal quanto do temporal, e do intemporal e do temporal juntos, é o que torna um escritor tradicional. E é, ao mesmo tempo, o que torna um escritor profundamente consciente de seu lugar no tempo, de sua própria contemporaneidade.

Nenhum poeta, nenhum artista de qualquer arte, tem seu pleno significado sozinho.¹

A força desses comentários, penso eu, vale também para poetas que pensam criticamente e críticos com obras dedicadas a uma cuidadosa apreciação do processo poético. A ideia principal é que, mesmo que se deva compreender inteiramente aquilo no passado que de fato já passou, não há nenhuma maneira de isolar o passado do presente. Ambos se modelam mutuamente, um inclui o outro e, no sentido totalmente ideal pretendido por Eliot, um coexiste com o outro. O que Eliot propõe, em suma, é uma visão da tradição literária que, mesmo respeitando a sucessão temporal, não é de todo comandada por ela. Nem o

passado, nem o presente, como tampouco qualquer poeta ou artista, tem pleno significado sozinho.

A síntese eliotiana do passado, presente e futuro, porém, é idealista e, sob importantes aspectos, é função de sua própria história particular;² ademais, sua concepção temporal não leva em conta a combatividade com que os indivíduos e as instituições decidem o que é e o que não é tradição, o que é e o que não é pertinente. Mas sua ideia central é válida: a maneira como formulamos ou representamos o passado molda nossa compreensão e nossas concepções do presente. Vou dar um exemplo. Durante a Guerra do Golfo de 1990-91, o confronto entre o Iraque e os Estados Unidos foi resultado de duas histórias fundamentalmente opostas, cada qual usada pelo *establishment* oficial do respectivo país em benefício próprio. Tal como é concebida pelo Partido Baath iraquiano, a história árabe moderna revela a promessa irrealizada da independência árabe, promessa traída tanto pelo “Ocidente” quanto por uma série de inimigos mais recentes, como a reação árabe e o sionismo. Assim, a sangrenta ocupação iraquiana do Kuwait justificava-se não só por razões bismarckianas, mas também porque se acreditava que os árabes deviam reparar os males cometidos contra eles e arrancar do imperialismo uma das suas principais presas. Inversamente, na visão americana do passado, os Estados Unidos não eram uma potência imperial clássica, e sim justiceiros reparando males pelo mundo afora, perseguindo a tirania, defendendo a liberdade a qualquer custo e em qualquer lugar. Era inevitável que, com a guerra, essas duas versões do passado se entrecocassem.

As ideias de Eliot acerca da complexa relação entre o passado e o presente são particularmente sugestivas no debate sobre o sentido do “imperialismo”, palavra e ideia hoje tão controversas, a tal ponto carregadas de todo tipo de questões, dúvidas, polêmicas e premissas ideológicas que se torna difícil usar o termo. Claro que, em certa medida, o debate envolve definições e tentativas de delimitar a própria noção: foi o imperialismo essencialmente econômico? Até onde se estendeu? Quais foram

suas causas? Era sistemático? Quando terminou (se é que terminou)? A relação dos nomes que contribuíram para a discussão na Europa e nos Estados Unidos é impressionante: Kautsky, Hilferding, Luxemburgo, Hobson, Lênin, Schumpeter, Arendt, Magdoff, Paul Kennedy. E, nos últimos anos, obras publicadas nos Estados Unidos, como *The rise and fall of the great powers* [Ascensão e queda das grandes potências], de Paul Kennedy, a história revisionista de William Appleman Williams, Gabriel Kolko, Noam Chomsky, Howard Zinn e Walter Lefebvre, além de explicações e defesas eruditas da política americana como não imperialista, escritas por vários estrategistas, teóricos e estudiosos — tudo isso mantém muito acesa a questão do imperialismo e sua aplicabilidade (ou não) aos Estados Unidos, a grande potência da atualidade.

Esses luminares debateram questões em larga medida políticas e econômicas. No entanto, pouquíssima atenção tem sido dedicada ao papel privilegiado, no meu entender, da cultura na experiência imperial moderna, e quase não se leva em conta o fato de que a extraordinária extensão mundial do imperialismo europeu clássico, do século XIX e começo do XX, ainda lança sombras consideráveis sobre nossa própria época. Em nossos dias, não existe praticamente nenhum norte-americano, africano, europeu, latino-americano, indiano, caribenho ou australiano — a lista é bem grande — que não tenha sido afetado pelos impérios do passado. Juntas, a Grã-Bretanha e a França controlavam territórios imensos: Canadá, Austrália, Nova Zelândia, as colônias na América do Norte e do Sul, o Caribe, grandes extensões na África, Oriente Médio, Extremo Oriente (a Grã-Bretanha ainda conservará Hong Kong como colônia até 1997) e a totalidade do subcontinente indiano — todos eles caíram sob o domínio inglês ou francês, e depois se liberaram; além disso, os Estados Unidos, a Rússia e vários países europeus menores, para não mencionar o Japão e a Turquia, também foram potências imperiais durante uma parte ou todo o século XIX. Esse tipo de domínio ou possessão lançou as bases para o que, agora, é de fato um mundo inteiramente global. As comunica-

ções eletrônicas, o alcance mundial do comércio, da disponibilidade dos recursos, das viagens, das informações sobre os padrões climáticos e as mudanças ecológicas unificaram até mesmo os locais mais remotos do mundo. Esse conjunto de padrões foi, a meu ver, possibilitado e inaugurado pelos impérios modernos.

Ora, por temperamento e posição filosófica, sou contrário à construção de vastos sistemas ou teorias totalizantes da história humana. Mas devo reconhecer que, tendo estudado e inclusive vivido nos impérios modernos, impressionam-me a expansão contínua e o inexorável integracionismo que os constituíam. Seja em Marx ou em obras conservadoras como as de J. R. Seeley, ou em análises modernas como as de D. K. Fieldhouse e C. C. Eldridge (cujo livro *England's mission* [Missão da Inglaterra] é fundamental),³ vemos que o império britânico fundia e integrava as coisas em si, e junto com outros impérios veio a unificar o mundo. Mas ninguém, e certamente não eu, é capaz de ver ou apreender em toda a sua plenitude esse mundo imperial.

Quando lemos, como historiadores literários e culturais, o debate entre os historiadores contemporâneos Patrick O'Brien⁴ e Davis Huttenback (cujo importante livro *Mammon and the pursuit of empire* [Mammon e a atividade imperial] tenta quantificar a rentabilidade efetiva dos negócios imperiais),⁵ ou quando examinamos debates anteriores como a controvérsia Robinson-Gallagher,⁶ ou a obra dos economistas André Gunder Frank e Samir Amin, da teoria da dependência e da acumulação mundial,⁷ somos levados a perguntar o que significa tudo isso para as interpretações, digamos, do romance vitoriano, da historiografia francesa, da grande ópera italiana ou da metafísica alemã do mesmo período. Chegamos a um ponto em nosso trabalho em que nossos estudos não mais podem ignorar os impérios e o contexto imperial. Falar, como o faz O'Brien, da "propaganda de um império em expansão [que] criava, entre os que investiam além de suas fronteiras, ilusões de segurança e falsas expectativas que aumentavam com os altos lucros"⁸ é, na verdade, falar de um clima gerado tanto pelo império quanto pelos ro-

mances, pela teoria racial e pela especulação geográfica, pelo conceito de identidade nacional e pela rotina urbana (ou rural). A expressão “falsas expectativas” faz lembrar *Great expectations* [Grandes esperanças], “investiam além de suas fronteiras” lembra Joseph Sedley e Becky Sharp, “criava ilusões” lembra *Illusions perdues* [Ilusões perdidas] — os cruzamentos entre cultura e imperialismo são irresistíveis.

É difícil vincular esses diversos âmbitos, mostrar o envolvimento da cultura com os impérios em expansão, fazer observações sobre as artes que preservem suas características próprias e, ao mesmo tempo, indiquem suas filiações, mas digamos que devemos tentar, e devemos situar a arte no contexto mundial concreto. Estão em jogo territórios e possessões, geografia e poder. Tudo na história humana tem suas raízes na terra, o que significa que devemos pensar sobre a habitação, mas significa também que as pessoas pensaram em *ter* mais territórios, e portanto precisaram fazer algo em relação aos habitantes nativos. Num nível muito básico, o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros. Por inúmeras razões, elas atraem algumas pessoas e muitas vezes trazem uma miséria indescritível para outras. Porém, em termos gerais, é verdade que os historiadores literários que estudam o grande poeta quinhentista Edmund Spenser, por exemplo, não associam seus sangrentos planos para a Irlanda, nos quais imaginou um exército britânico que praticamente exterminasse seus habitantes nativos, com suas realizações poéticas ou com a história do domínio britânico sobre a Irlanda, que persiste ainda hoje.

Para os objetivos deste livro, concentrei-me nas disputas efetivas pelas terras e pelos povos dessas terras. O que tentei fazer foi uma espécie de exame geográfico da experiência histórica, tendo em mente a ideia de que a terra é, de fato, um único e mesmo mundo, onde praticamente não existem espaços vazios e inabitados. Assim como nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente au-

sente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações.

Muita gente no chamado mundo ocidental ou metropolitano, bem como seus parceiros do Terceiro Mundo ou das ex-colônias, concorda que a época do grande imperialismo clássico, o qual atingiu seu clímax na “era do império”, segundo a descrição de Eric Hobsbawm, e chegou ao fim mais ou menos formal com o desmantelamento das grandes estruturas coloniais após a Segunda Guerra Mundial, continua a exercer, de uma ou outra maneira, uma influência cultural considerável no presente. Pelas mais variadas razões, sente-se uma nova premência de entender o que permanece *ou não permanece* do passado, e essa premência se introduz nas percepções do presente e do futuro.

No centro dessas percepções está algo que poucos questionam, a saber, que no século XIX um poderio sem precedentes — em comparação a ele, o poder de Roma, Espanha, Bagdá ou Constantinopla era muito menor — estava concentrado na Grã-Bretanha e França, e depois em outros países ocidentais (sobretudo os Estados Unidos). Esse século foi o apogeu da “ascensão do Ocidente”, e o poderio ocidental possibilitou aos centros metropolitanos imperiais a aquisição e acumulação de territórios e súditos a uma escala verdadeiramente assombrosa. Considere-se que, em 1800, as potências ocidentais reivindicavam 55%, mas na verdade detinham 35% da superfície do globo, e em 1878 essa proporção atingiu 67%, numa taxa de crescimento de cerca de 220 mil quilômetros quadrados por ano. Em 1914, a taxa anual havia subido para vertiginosos 620 mil quilômetros quadrados, e a Europa detinha um total aproximado de 85% do mundo, na forma de colônias, protetorados, dependências, domínios e *commonwealths*.⁹ Nunca existiu em toda a história um conjunto de colônias tão grande, sob domínio tão completo, com um poder tão desigual em relação às metrópoles ocidentais. Em decorrência disso, afirma William McNeill em *The pursuit of power* [A busca de poder], “como nunca antes, o mundo foi unifica-

do num só conjunto de interações”.¹⁰ E na própria Europa, no final do século XIX, não havia praticamente nenhum aspecto da vida que não fosse tocado pelos fatos do império; as economias tinham avidez por mercados ultramarinos, matérias-primas, mão de obra barata e terras imensamente rentáveis, e os sistemas de defesa e política exterior empenhavam-se cada vez mais na manutenção de vastas extensões de territórios distantes e grandes contingentes de povos subjugados. Quando as potências ocidentais não estavam mergulhadas em uma disputa acirrada e às vezes implacável por maior número de colônias — todos os impérios modernos, diz V. G. Kiernan,¹¹ imitavam uns aos outros —, estavam se esforçando para colonizar, fazer levantamentos, estudar e, naturalmente, governar os territórios sob suas jurisdições.

A experiência americana, como mostra Richard van Alstyne em *The rising American empire* [O nascente império americano], desde o início se fundou na ideia de “um *imperium* — um domínio, Estado ou soberania que se expandiria em população e território, e aumentaria em força e poder”.¹² Era preciso reivindicar e lutar pela anexação de novas áreas ao território norte-americano (o que foi feito com um êxito assombroso); havia povos nativos a dominar, exterminar e expulsar; depois, conforme a república ia envelhecendo e se ampliava seu poderio no hemisfério, havia terras distantes a considerar como vitais para os interesses americanos, objeto de intervenções e disputas — por exemplo, Filipinas, Caribe, América Central, o litoral norte da África, partes da Europa e do Oriente Médio, Vietnã, Coreia. Curiosamente, porém, tão influente foi o discurso que insistia no caráter especial, no altruísmo, no senso de oportunidade americanos que o “imperialismo”, como palavra ou ideologia, raras vezes e apenas recentemente apareceu nas explicações da cultura, política e história dos Estados Unidos. Mas o vínculo entre cultura e política imperial é assombrosamente direto. A postura americana diante da “grandeza” americana, das hierarquias raciais, dos perigos de *outras* revoluções (a Revolução americana sendo considerada única e de certa forma irrepetível em qualquer outra parte do mundo)¹³ permanece constante, ditando e obscurecen-

do as realidades do império, enquanto apologistas dos interesses americanos ultramarinos insistem na inocência americana, praticando o bem, lutando pela liberdade. Pyle, o protagonista de *The quiet American* [O americano tranquilo], de Graham Greene, encarna essa formação cultural com impiedosa exatidão.

Mas, para os cidadãos da Inglaterra e França oitocentistas, o império era um grande tema de atenção cultural sem que houvesse qualquer constrangimento. As Índias britânicas e o norte da África francês desempenharam um papel inestimável na imaginação, economia, vida política e trama social das sociedades britânica e francesa, e ao mencionar nomes como Delacroix, Edmund Burke, Ruskin, Carlyle, James e John Stuart Mill, Kipling, Balzac, Nerval, Flaubert ou Conrad, estaremos mapeando um ângulo minúsculo de uma realidade muito mais vasta do que abarcam seus talentos coletivos, mesmo que imensos. Havia estudiosos, administradores, viajantes, comerciantes, parlamentares, exportadores, romancistas, teóricos, especuladores, aventureiros, visionários, poetas, párias e desajustados de toda espécie nas possessões estrangeiras dessas duas potências imperiais, todos contribuindo para formar uma realidade colonial no centro da vida metropolitana.

Usarei o termo “imperialismo” para designar a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante; o “colonialismo”, quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes. Como diz Michael Doyle:

O império é uma relação, formal ou informal, em que um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade política. Ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural. O imperialismo é simplesmente o processo ou a política de estabelecer ou manter um império.¹⁴

Em nossa época, o colonialismo direto se extinguiu em boa medida; o imperialismo, como veremos, sobrevive onde